

ANÁLISE CRIMINAL: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DA ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO IESP-PA

CRIMINAL ANALYSIS: PERCEPTIONS OF STUDENTS IN THE PUBLIC SECURITY SPECIALIZATION PROGRAM AT IESP-PA

ANÁLISIS CRIMINAL: PERCEPCIONES DE LOS ESTUDIANTES DEL PROGRAMA DE ESPECIALIZACIÓN EN SEGURIDAD PÚBLICA DEL IESP-PA

Jorge Fabricio dos Santos¹, Carlos Stilianidi Garcia², Wando Dias Miranda³, Roberto Magno Reis Netto⁴, Luiz Carlos Soares da Silva⁵, Itamar Rogério Pereira Gaudêncio⁶, Sandra Letícia Magalhães Gaudêncio⁷, Frederico Silva das Mercês⁸, Diogo Araken Moura Santana de Oliveira⁹

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6922

Recibido: 04/08/2026 | **Aceptado:** 28/08/2026 | **Publicación en línea:** 04/09/2026.

RESUMO

O artigo analisa a percepção de agentes de segurança pública alunos da Especialização em Segurança Pública do IESP sobre a aplicabilidade da Análise Criminal em suas instituições. A pesquisa avalia como esses profissionais compreendem o uso dessa metodologia no contexto do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SIEDS). Com abordagem quanti-qualitativa e método indutivo, o estudo emprega revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo com os referidos discentes de diferentes órgãos do SIEDS. Os resultados mostram que as tipologias mais identificadas são a Análise Criminal Estratégica, Administrativa e Operacional. Observou-se que, diferentemente da literatura clássica, a Atividade de Inteligência é apontada como o conhecimento científico mais utilizado nas práticas de análise criminal, influenciada pela participação de profissionais do sistema penitenciário estadual. Entre as ferramentas técnicas destacam-se a Criminologia e a Análise de Risco, enquanto as principais fontes de dados citadas são os registros da Secretaria de Administração Penitenciária e relatórios de Inteligência. O estudo conclui que há desconhecimento prévio relevante sobre Análise

¹ Doutorando em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
E-mail: fabrcio06@yahoo.com.br

² Doutorando em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
E-mail: carlosstilianidi@gmail.com

³ Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
E-mail: wandomiranda@outlook.com

⁴ Pós-Doutor em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
E-mail: bob_reis_ufpa@yahoo.com.br

⁵ Mestre em Ensino da Matemática, Universidade do Estado do Pará, Belém, Pará, Brasil.
E-mail: luiz.carloss08@gmail.com

⁶ Pós-Doutor em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
E-mail: itamargaud@gmail.com

⁷ Doutorando em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
E-mail: leticia.magalhaes@yahoo.com.br

⁸ Mestre em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
E-mail: fredericomercês@gmail.com

⁹ Pós-Graduado em Licitações Públicas e Contratos Administrativos, Gran Centro Universitário, Belém, Pará, Brasil.
E-mail: sd_arakem@hotmail.com

Criminal entre os participantes, evidenciando lacunas institucionais na formação técnica. Ainda assim, os discentes demonstram forte interesse em aplicar os conhecimentos adquiridos, reconhecendo seu potencial para aprimorar o planejamento, a tomada de decisão e a efetividade das ações de segurança pública no Pará.

Palavras-chave: SIEDS (Sistema de Segurança Pública e Defesa Social). Atividade de Inteligência. Criminologia. Análise de Risco. Tomada de Decisão.

ABSTRACT

The article analyzes the perceptions of public security agents enrolled in the Public Security Specialization Program at IESP regarding the applicability of Crime Analysis within their institutions. The research assesses how these professionals understand the use of this methodology in the context of the Public Security and Social Defense System of Pará (SIEDS). Using a quantitative–qualitative approach and an inductive method, the study employs a literature review, document analysis, and field research with the aforementioned students from different SIEDS agencies. The results show that the most frequently identified typologies are Strategic, Administrative, and Operational Crime Analysis. It was observed that, unlike the classical literature, Intelligence Activity is identified as the most widely used scientific knowledge in crime analysis practices, influenced by the participation of professionals from the state penitentiary system. Among the highlighted technical tools are Criminology and Risk Analysis, while the main data sources mentioned include records from the State Secretariat of Penitentiary Administration and Intelligence reports. The study concludes that there is significant prior lack of knowledge about Crime Analysis among the participants, revealing institutional gaps in technical training. Even so, the students demonstrate strong interest in applying the knowledge acquired, recognizing its potential to enhance planning, decision-making, and the effectiveness of public security actions in Pará.

Keywords: SIEDS (Public Security and Social Defense System). Intelligence Activity. Criminology. Risk Analysis. Decision-Making.

RESUMEN

Este artículo analiza las percepciones de los agentes de seguridad pública —estudiantes del Programa de Especialización en Seguridad Pública del IESP— sobre la aplicabilidad del análisis delictivo en sus instituciones. La investigación evalúa cómo estos profesionales comprenden el uso de esta metodología en el contexto del Sistema de Seguridad Pública y Defensa Social de Pará (SIEDS). Mediante un enfoque de métodos mixtos (cuantitativo y cualitativo) y un método inductivo, el estudio emplea una revisión bibliográfica, análisis documental e investigación de campo con estudiantes de diversos organismos del SIEDS. Los resultados indican que las tipologías identificadas con mayor frecuencia son el análisis delictivo estratégico, administrativo y operativo. Se observó que, a diferencia de lo que señala la literatura clásica, la actividad de inteligencia se cita como el conocimiento científico más utilizado en las prácticas de análisis delictivo; esta tendencia está influida por la participación de profesionales del sistema penitenciario estatal. La criminología y el análisis de riesgos destacan entre las herramientas técnicas, mientras que los registros de la Secretaría de Administración Penitenciaria y los informes de inteligencia se señalan como las principales fuentes de datos. El estudio concluye que existe una notable falta de conocimientos previos sobre el análisis delictivo entre los

participantes, lo que pone de manifiesto carencias institucionales en la formación técnica. No obstante, los estudiantes muestran un gran interés en aplicar los conocimientos adquiridos, reconociendo su potencial para mejorar la planificación, la toma de decisiones y la eficacia de las operaciones de seguridad pública en Pará.

Palabras clave: SIEDS (Sistema de Seguridad Pública y Defensa Social). Actividad de Inteligencia. Criminología. Análisis de Riesgos. Toma de Decisiones.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A Análise Criminal tem se mostrado no contexto atual no Brasil um meio adequado para produção dos conhecimentos relevantes para o planejamento das instituições de segurança pública no enfrentamento à criminalidade e a outros fatores que prejudicam a Ordem Pública.

Na Amazônia, e mais especificadamente no Estado do Pará, o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS) possui uma instituição de ensino para as organizações públicas (Instituto de Ensino de Segurança do Pará -IESP), de modo que são fornecidos os cursos para ingressos destes agentes públicos e também especializações, dentre estas, em Segurança Pública, composta por inúmeras disciplinas, como a Análise Criminal.

Assim, para esse estudo foi construído o problema de pesquisa: de que forma os alunos do Curso de Especialização em Segurança Pública do IESP compreendem e percebem a aplicabilidade em suas respectivas organizações?

De modo a estabelecer o parâmetro mais amplo para responder à pergunta-problema, foi estruturado o objetivo geral analisar a percepção dos agentes de segurança pública alunos do Curso de Especialização em Segurança Pública do Instituto de Ensino de Segurança do Estado do Pará de 2025 no que tange à aplicabilidade da metodologia de Análise Criminal em suas organizações, e como objetivos específicos: a) Apresentar a metodologia análise criminal e suas tipologias, de acordo com os parâmetros teóricos; b) Descrever a estrutura básica de segurança pública no Estado do Pará; c) Caracterizar a percepção dos alunos do curso de especialização acerca da Análise Criminal após participarem da disciplina que esclareceu a referida metodologia.

Além da problemática do artigo, foram concebidas as seguintes questões norteadoras, como elementos de direcionamentos dos trabalhos desse estudo: a) Como é definida a Análise

Criminal e suas tipologias no âmbito da segurança pública? b) De que forma é estruturada o SIEDS, com suas competências básicas? c) Como os alunos do curso de Especialização compreendem a análise criminal e sua utilização nas instituições do SIEDS.

O tema proposto neste artigo justifica-se pela relevância institucional, uma vez que compreender como se caracteriza a Análise Criminal, facilita direcionar como esta pode ser aplicada em cada uma das organizações do SIEDS, de acordo com suas competências e especificidades, tornando-as mais efetivas na promoção de segurança pública. Do ponto de vista da pertinência social do estudo, tem-se que com efetividade institucional, é possível que haja a melhoria dos serviços do SIEDS concorrendo para o aumento da segurança pública, diminuindo os índices criminais e desordens públicas, com melhoria do bem-estar da comunidade paraense, principalmente as mais vulneráveis socialmente. Concernente à importância acadêmica, tal estudo pode contribuir para suprir lacunas relativas ao ensino da metodologia análise criminal, desmistificando compreensões limitadas, tanto na forma de aplicação e nas instituições em que esta pode ser empregada, tendo em vista as poucas pesquisas no tema que ultrapassam o escopo das polícias estaduais.

Análise Criminal: Contexto Gerais

A Análise criminal pode ser compreendida de acordo com Santos *et al.* (2023) como:

[...] instrumento que possibilita aos gestores de segurança pública meio de tomada de decisões mais assertivas, na medida em que esta técnica configura-se como um processo organizado com foco em compreender a criminalidade enquanto fenômeno social, estudando as características dos ilícitos penais para que a prevenção e a repressão receba o tratamento adequado (Santos *et al.*, 2023, p.164).

Primeiramente é relevante mencionar que os conhecimentos produzidos pela Análise Criminal são destinados às autoridades (principalmente as de segurança pública) em tomar decisões relativas ao enfrentamento de ações criminosas, coordenadas ou não, mediante atividades proativas preventivas e/ou reativas repressivas. Em segundo lugar, a análise criminal caracteriza-se como um emaranhado de processos organizacionais dentro das instituições públicas, que se traduz em uma metodologia que emprega técnicas de vários conhecimentos científicos. E terceiro, o escopo da Análise Criminal é estabelecer, mediante a avaliação dos dados disponíveis, as tendências e padrões comportamentais dos infratores, vítimas e demais envolvidos

no ilícito penal, inclusive hoje sendo aplicada em quaisquer atitudes que venham a enfraquecer a Ordem Pública.

Na ampla gama de utilização pelo Poder Público, a Análise Criminal é dividida em tipologias, de acordo com sua finalidade prática, como a Análise Criminal Estratégica (ACE), Análise Criminal Tática (ACT), Análise Criminal Administrativa (ACA), Análise Criminal Operacional (ACO) e Análise Criminal Investigativa (ACI).

De modo que ACE é aplicada a longo prazo para decisões de alta gestão das organizações, inclusive do Poder Executivo, seja federal, estadual e municipal (Silva, 2015; Boba, 2017); a ACT, com utilização para uso direto dos agentes de segurança pública na atividade diária, com verificação de vulnerabilidades locais (Silva, 2015; Azevedo; 2016); a ACA visa divulgar informações seja para o público interno da instituição, para a sociedade, com forma de prestar contas de sua efetividade, ou ao chefe do Poder executivo (Marcineiro *et al.*, 2022).

Já a ACO estuda as ações e operações dos órgãos de segurança pública, verificando a realocação de recursos diversos e sua efetividade, oferecendo conhecimentos para o processo decisório dos gestores (Silva, 2015; Silva, 2019), no caso da ACI, o foco é em atividade de polícia judiciária, seja civil ou militar, na identificação de agentes infratores após o cometimento de crime durante a investigação criminal, com utilização do chamado perfilamento criminal (Silva, 2015; Marcineiro *et al.*, 2022).

As técnicas de Estatística (Francisco; Soares, 2018) e de certo modo da Geografia (Reis Netto; Chagas, 2025), embora ainda sejam aplicadas como maior intensidade no Brasil, na maioria dos países mais avançados tecnologicamente, o uso de Tecnologia da Informação, com emprego da Inteligência artificial com aprendizado de máquina (Cichosz, 2020), mineração de dados (Mamedes; Saldanha; Rodrigues, 2021) e outros, da Economia (Santana; Dos Santos; Freitas, 2020), Sociologia (Silva, 2019), Criminologia (Salinas; Flores, 2016), Direito (Ferreira *et al.*, 2020), a Atividade de Inteligência (Fernandez, 2020) e outras formas de conhecimento científicos estão integrando a interpretação do fenômeno criminal para subsidiar as agências de segurança pública (Santos *et al.*, 2023; Santos, 2023).

Os próprios conhecimentos científicos citados detém metodologias e técnicas aplicáveis na Análise Criminal, com destaque ao uso de meios gráficos da Estatística descritiva (Moreira; Kassouf; Justus, 2018), do Geoprocessamento (Silva *et al.*, 2018) e Indicadores (Santana; Dos Santos; Freitas, 2020), utilizados mediante os sistemas de informações (Ferreira *et al.*, 2020), e ganhando mais espaço com a evolução tecnológica, a Mineração de dados (Mamedes; Saldanha;

Rodrigues, 2021), a Inteligência Artificial (Ramos, 2024) e a Análise de Risco (Tourinho, 2024), bem como as Teorias Criminológicas (Silva; Ferreira, 2023), que abarcam as demais ciências, como a Sociologia, Economia, Antropologia e até mesmo o Direito.

Os dados utilizados no processamento da Análise Criminal provêm de inúmeras fontes, sendo inicialmente e tradicionalmente empregadas as bases de registros criminais dos sistemas de segurança pública (Santos, 2023), no entanto a eles não se limitam, podendo ser aplicáveis os oriundos dos relatórios da Atividade de Inteligência (Medeiros, *et al.*, 2024), dos registros internos dos atendimentos das próprias instituições, como nas polícias militares (Santos; Chagas; Reis Netto, 2025), das pesquisas de vitimização (Santos; Chagas, 2021), além dos sistemas de dados relacionados à segurança pública, como o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e seus similares a nível estadual, dos sistemas penitenciários estaduais (Paes, 2023), do sistema judicial (Tourinho, 2024), de indicadores geográficos e sociais, de proteção ambiental e outros.

Há inúmeros exemplos de aplicação de análise criminal pelas guardas municipais: como em Barueri (Cunha, 2022) e Diadema (Santana, 2018) no estado de São Paulo; nos Corpos de Bombeiros Militar em nível nacional (Freitas, 2021; Lopes; Fernandes; Luz, 2024); na Polícia Científica (Campos, 2022; Benevides *et al.*, 2025); nas polícias civis em Belo Horizonte, Minas Gerais (Lopes, 2022) e em todo o Brasil (Tourinho, 2024); na Polícia Federal (Chagas, 2017; Araújo, 2020); nas polícias militares (Silva, 2020; Santos; Chagas; Reis Netto, 2025) e nas polícias penais (Fioravante; Feliciano, 2016).

A Estrutura Básica do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SIEDS)

Criado pela Lei nº 7.584/2011, o Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará (SIEDS) é um conjunto de instituições públicas ligadas ao Poder Executivo Estadual, para executar de forma coordenada serviços públicos aptos a prover o direito à segurança pública (Pará, 2011; Sousa; Torres, 2022), sendo ainda definidos conselhos que priorizam a participação de outras instituições públicas e a sociedade em geral (Matos, 2018; Sento-Sé; Marinho, 2019).

A composição operacional do SIEDS contempla as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, Departamento Estadual de Trânsito, Polícia Científica do Pará e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (art.3º, Inciso V), sob coordenação administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP (art.3º, Inciso IV), os quais

realizam a atividade-fim do SIEDS, prevista no art. 1º, e suas funções básicas (art.2º), sendo ainda composto por conselhos deliberativos e consultivos, e órgãos ligados à estrutura da SEGUP, como os grupamentos de controle aéreo e fluvial, o Centro Integrado de Operações (CIOp) e o Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP), responsável como descrito no art. 26, como a competência de:

[...] promover aos agentes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, a formação técnico-profissional, graduação, qualificação permanente em nível de aperfeiçoamento e pósgraduação, através de convênio firmado com instituição de ensino superior devidamente autorizado por órgão competente, nas modalidades presencial e à distância, em caráter integrado (Pará, 2011).

Como meio de formação integrada (Vale, 2018; Barboza, 2022), o IESP promove cursos de graduação (Tecnologia em Segurança Pública), de aperfeiçoamento, como o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (PM/BM) e o Curso Superior de Polícia e Bombeiros Militar, os quais em nível de Especialização *lato sensu*, congregam oficiais PMs e BMS, além de delegados de polícia civil e são requisitos legais para a ascensão profissional nas carreiras desses agentes.

Atualmente o IESP ainda fornece as Especialização em Proteção e Defesa Civil para os ingressantes na carreira de Oficial do Corpo de Bombeiro do Pará e em Gestão Estratégica em Defesa Social para de Oficial da Polícia Militar do Pará, pois o ingresso ao oficialato dessas instituições anteriormente ocorriam por concurso público em nível médio, e agora em nível superior (Bassalo, 2021), e o Curso de Formação de Delegados, além das formações de escrivão, investigador e policiais penais, agentes de trânsito e profissionais da perícia científica. Destaca-se ainda as **Especializações em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública** e em Segurança Pública.

O Curso de Especialização em Segurança Pública – EaD – 2ª turma, foi instituída pela Diretoria Geral do IESP, mediante a publicação da Portaria nº 017/2024 - GAB/IESP, de 7 de março de 2024, no Boletim Informativo do IESP nº 003/2024, de 15 de março de 2024, após decisão colegiada do Conselho Superior do IESP, com carga horária total de 360 h/a, composta de 50 (cinquenta) alunos, dos quais 12 (doze) foram desligados durante o funcionamento do curso até a realização da disciplina Análise Criminal.

METODOLOGIA APLICADA

Para responder o problema de pesquisa, a metodologia empregada assenta-se sobre o Método Indutivo, uma vez que “[...] pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral [...]”. (Pasold, 2018, p. 114), uma vez que a partir dessa premissa metodológica observou-se as compreensões dos alunos do curso sobre a Análise Criminal e posteriormente como esta poderia ser empregada em suas instituições, para em seguida serem avaliadas e ao final depreender conclusões gerais a respeito da temática e apresentação dos resultados das discussões.

O presente estudo realizou, quanto à sua finalidade, uma pesquisa aplicada, na medida em que o seu intento foi apresentar um problema prático nas instituições de segurança pública no Pará, quanto à compreensão do fenômeno criminal e suas nuances, mediante a capacitação técnica proposta pelo IESP (Gil, 2019).

No que tange à forma de abordagem do estudo, foi adotada uma pesquisa quanti-qualitativa, inicialmente com levantamento de dados sobre o tema em pesquisas e normas jurídicas (Gil, 2019), para em seguida, no viés quantitativo, com a utilização de uma investigação de campo das percepções dos alunos do curso de especialização do IESP sobre a aplicação da análise criminal, tornando-a numérica mediante técnicas matemáticas e estatísticas (Bolfarine; Bussab, 2005; Bussab; Morettin, 2017).

Com relação aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa empírica (de campo), precedida de uma pesquisa bibliográfico/documental para apresentar as premissas básicas do tema, de modo a fazer uma busca de informações junto aos agentes públicos do SIEDS discentes do curso de especialização do IESP no tocante ao entendimento e aplicabilidade da Análise Criminal nas suas respectivas organizações (Gil, 2019).

Concernente aos objetivos propostos, elegeu-se uma pesquisa descritiva, pois foi priorizada a construção de uma análise pormenorizada das concepções dos profissionais de segurança pública discentes do curso de especialização acerca da metodologia de produção de conhecimento a respeito de sua utilização institucional e efetiva (Prodanov; Freitas, 2013).

A pesquisa, como *lócus* de estudo, alojou-se no Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP), unidade de ensino superior subordinada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), sediado no município de Marituba, Região Metropolitana de Belém, que tem por função legal a formação, capacitação e especialização dos agentes públicos integrantes

do SIEDS e demais instituições de segurança pública parceiras, dos entes municipais paraenses e federal.

A fonte da coleta de dados da pesquisa qualitativa, isto é, de artigos científicos, livros, dissertações e teses sobre análise criminal e o SIEDS (bibliográfica), foram os acervos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e programas de pós-graduação e norma jurídicas, e quanto à pesquisa documental, com referência às normas jurídicas aplicadas ao SIEDS associadas ao tema, os *websites* institucionais do estado do Pará e do Planalto.

A pesquisa de campo foi aplicada a amostra composta por 16 (dezesseis) discentes do Curso de Especialização em Segurança Pública do IESP - turma 2, integrantes da população (*N*) de 38 discentes, pelo critério de conveniência, tendo em vista que um número considerável de alunos recusou a participar da pesquisa. Os participantes fazem parte do efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA), da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA) e guardas municipais e que participaram da disciplina Análise Criminal ministrada no mês de junho de 2025 na modalidade EaD.

Para consecução da coleta de dados bibliográficos, foi adotado no mês de agosto de 2025, a técnica P.V.O. (adaptação das pesquisas da área de psicologia), sendo que *P* refere-se aos participantes/contextos da pesquisa; *V* às variáveis do estudo e *O*, correlaciona-se aos resultados esperados (Biruel; Pinto, 2011). Deste modo foram utilizados os descritores relacionados ao termo “análise criminal”, como “segurança pública”, “polícia”, “órgãos de segurança pública” nas bases de dados CAPES, *SciELO* e outras bases de dados, no corte temporal de 2015 a 2025, em língua Portuguesa, com obtenção de quantitativo de artigos publicados, posteriormente avaliada a pertinência do conteúdo destes estudos com a concepção desta pesquisa. O procedimento relacionado aos livros publicados na temática ocorreu em busca de *websites* que disponibilizam conteúdos de forma gratuita, além de que as normas do SIEDS foram coletadas no respectivo *website*.

Na pesquisa de cunho quantitativo, foi aplicado um questionário semiestruturado (formulário eletrônico) aos integrantes da amostra da população para colheita dos dados (Gil, 2002), denominado “Pesquisa – Análise criminal no ensino de segurança pública”, de modo que a população foi definida conforme critérios relatados no item “Fontes de dados e/ou participantes da pesquisa”. Este questionário foi constituído por 06 (seis) quesitos conforme o objeto da

pesquisa, sendo aplicado de forma assíncrona e remota, haja vista, o contato em oportunidades diversas com os discentes durante o preenchimento do formulário eletrônico, de modo que foram orientados os participantes quanto às questões, para que não pairassem dúvidas acerca da consecução das respostas, uma vez que as perguntas acompanharam os temas apresentados na disciplina Análise Criminal. Tal pesquisa foi acompanhada pela Coordenação do curso e Diretoria Geral do IESP, mediante autorização do titular do órgão requirida pelo Memorando nº 001/2025 – AJUR/CMG, processo administrativo eletrônico PAE E-2025/3058409.

Com referência a análise dos dados qualitativos, os dados qualitativos receberam tratamento da técnica de Análise de Conteúdo, com objetivo de extrair os objetivos e entendimentos adequados das pesquisas e normas consultadas para embasar a pesquisa de campo (Bardin, 2016).

Na pesquisa de campo, após sistematizadas as respostas, foi aplicada as metodologias estatísticas, sendo quantificados e apresentados os resultados por meio de gráficos, como preconiza da técnica de Estatística Descritiva (Bussab; Morettin, 2017).

No estudo em tela, os agentes de segurança pública foram comunicados que suas respectivas participações na pesquisa não trariam repercussões negativas ou cerceamento de direitos, uma vez que os dados coletados seriam utilizados somente para divulgação científica, com esclarecimentos e regras de participação contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que foram aceitas por todos os agentes públicos.

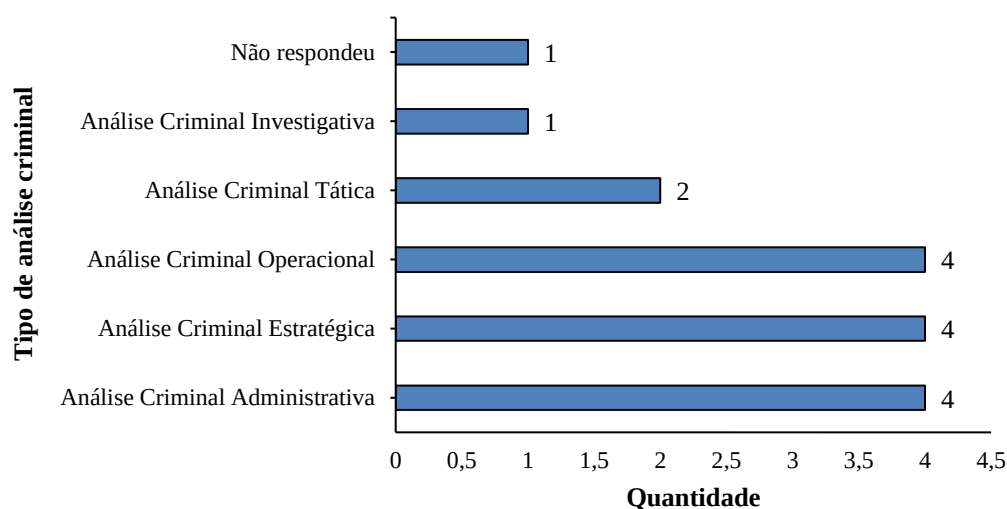
A pesquisa também obedeceu aos preceitos do art. 19 da Lei nº 14.874/2024 que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, com anonimização dos dados, a fim de impossibilitar a identificação dos participantes e proteger suas garantias fundamentais de privacidade e conforme os art. 5º, III e XI, 7º, IV e 17, IV da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais -LGPD).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicabilidade do instrumento de coleta de dados aos 16 (dezesesseis) participantes da pesquisa, com as respostas coletadas e sistematizadas, foi empregada a técnica de Estatística Descritiva, mediante apresentação das figuras 1, 2, 3 e 4.

Figura 1

Tipologias de análise criminal aplicada nas organizações dos discentes, no ano de 2025.



A Figura 1 demonstra que os participantes da pesquisa em sua maioria (75% somados) observam a aplicação das Análises Criminais Estratégica (ACE), Administrativa (ACA) e Operacional (ACO).

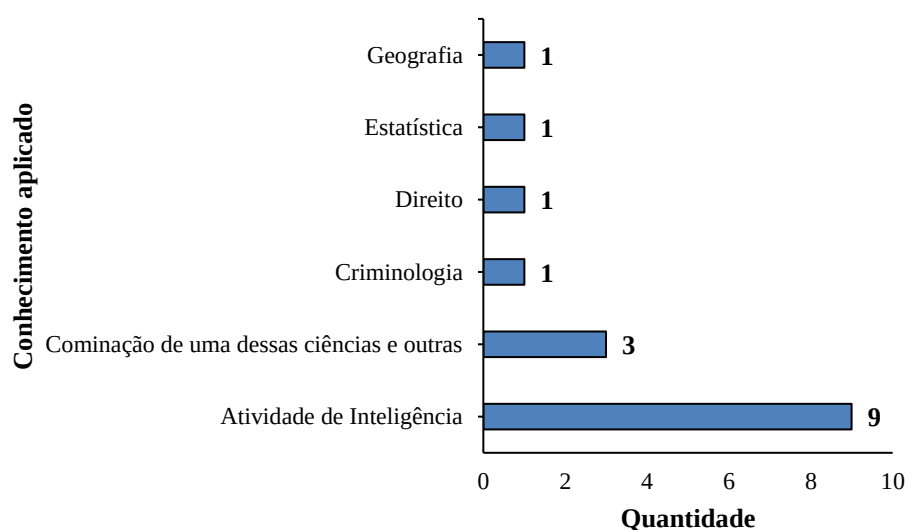
Na Figura 1 a predominância das Análises Estratégica (ACE), Administrativa (ACA) e Operacional (ACO) estão intimamente relacionadas ao direcionamento das instituições dos participantes da pesquisa, uma vez que a ACE direciona as políticas a longo prazo dessas organizações (Silva, 2015; Boba, 2017). No caso da ACA, como a cobrança social por resultados em segurança pública é constante, percebe-se o interesse na apresentação dos dados para a alta-gestão da instituição e para a sociedade como um todo (ACA) (Marcineiro *et al.*, 2022), e com a ACO direciona-se os recursos organizacionais, como os logísticos e de pessoas, principalmente na atividade de polícia ostensiva (Silva, 2020; Santos; Chagas; Reis Netto, 2025) e de policiais penais em estabelecimentos penitenciários do estado do Pará (Fioravante; Feliciano, 2016).

Os dados deixam claro que não há uma atenção dada às Análises Criminais Investigativa (ACI) e Tática (ACA), sendo provável que a primeira não seja mencionada pelos participantes em virtude que tal tipologia é mais aplicada pela Polícia Civil, a qual faz a apuração de ilícitos (Lopes, 2022), entretanto a Polícia Militar do Pará e o Corpo de Bombeiros do Pará executam a Atividade de Polícia Judiciária Militar na investigação de crimes militares perpetrados pelos integrantes de suas instituições, podendo ser utilizada em determinados crimes com autores não identificados. No que concerne à ACT, é relevante destacar que no contexto diário dos serviços

prestados pelas instituições, ela deve ser empregada com objetivo de avaliar condições de vulnerabilidade focais, o que não ficou evidente nas respostas dos discentes participantes, o que contraria um dos principais objetivos da Análise Criminal nos entendimentos de Silva (2015) e Azevedo (2016).

Figura 2

Conhecimentos científicos aplicados na análise criminal nas organizações dos discentes, no ano de 2025.

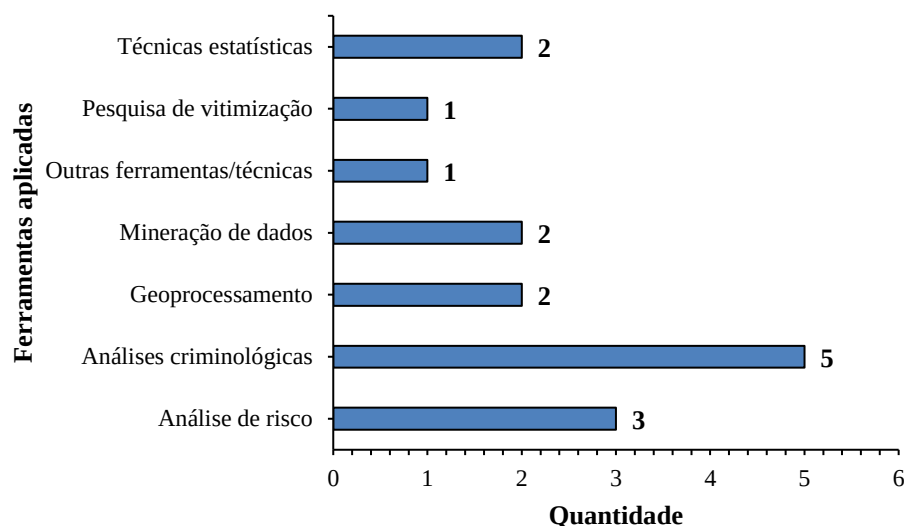


No que tange aos conhecimentos científicos aplicados, na Figura 2 os participantes apontam a Atividade de Inteligência como mais utilizada em Análise Criminal (56,2%).

Conforme demonstrado na Figura 2, de forma diferenciada da literatura especializada em Análise Criminal (Silva, 2015), em que a Estatística e a Geografia são largamente utilizadas na compreensão do fenômeno criminal (Santos, 2023), os resultados da pesquisa evidenciam o uso da Atividade de Inteligência como meio científico na metodologia de Análise Criminal. Tal dado é impacto pela participação de profissionais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (policiais penais e servidores administrativos), os quais, em regra, priorizam o monitoramento dos custodiados do sistema penal pela atividade de inteligência (Fernandez, 2020), deferentemente das polícias civis e militares que priorizam o uso da Estatística e Geoprocessamento (Francisco; Soares, 2018; Reis Netto; Chagas, 2025), em conjunto com a Atividade de Inteligência respectivamente nas atividades repressiva e preventiva (Santos; Chagas; Reis Netto, 2025).

Figura 3

Ferramentas técnicas empregadas na análise criminal nas organizações dos discentes, no ano de 2025.

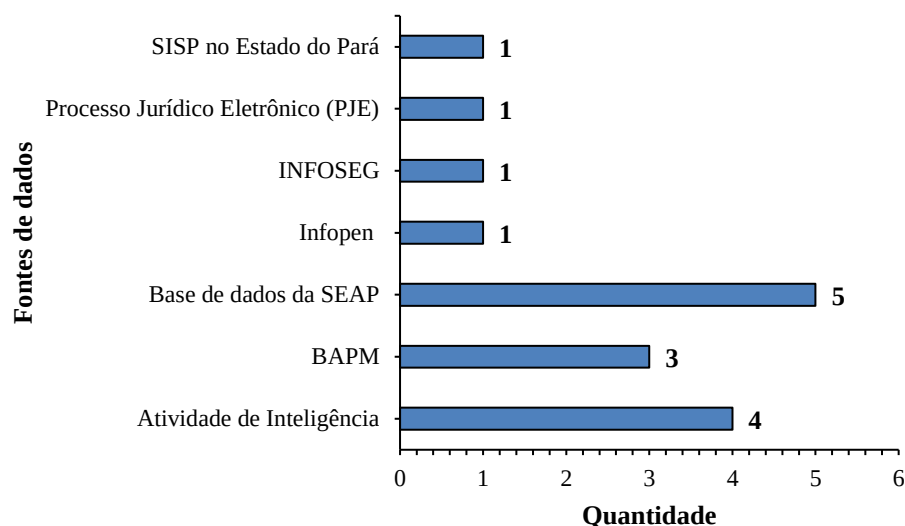


Na Figura 3, observa-se que o uso da Criminologia, mediante suas técnicas de análise, contempla o maior percentual (31,3%) dentre as demais ferramentas, seguida da Análise de risco (18,8%).

De forma semelhante e complementar à análise da Figura 2, sobre o impacto da participação dos agentes públicos da SEAP, o maior percentual das ferramentas utilizado em análise criminal se dá com as avaliações de caráter criminológicos (Salinas; Flores, 2016), seguido pela análise de risco (Tourinho, 2024), que são mais sensíveis a estes servidores, uma vez que lidam com pessoas que cometeram ilícitos penais, e por vezes integrantes de organizações criminosas regionais e nacionais, estas últimas denominadas de facções (Fioravante; Feliciano, 2016), como é apresentado na Figura 3.

Figura 4

Fontes de dados acessados para aplicação na análise criminal nas organizações dos discentes, no ano de 2025.



Quanto às fontes de dados, a Figura 4 evidencia os dados extraídos da base de dados da SEAP (31,3%) e os Relatórios de Inteligência (25%).

Observa-se na Figura 4 que os dados da SEAP (acessados por policiais penais, civis e militares) tem o maior percentual (Santos, 2023), seguido pelos Relatórios de Inteligência (Medeiros *et al.*, 2024) - por vezes para confirmar dados processados de outras fontes e do sistema de registros de atendimentos da Polícia Militar do Pará (BAPM), sendo acessado possivelmente pela própria PMPA (Santos; Chagas; Reis Netto, 2025), uma vez que tais registros são referentes às atividades preventivas e repressivas da instituição. Chama a atenção a pouca utilização dos dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), tendo em vista que é amplamente acessado pelas policias civil e militar do estado, na medida em que os registros criminais estão nesse acervo público.

Poucos participantes tiveram conhecimento prévio à disciplina sobre análise criminal no curso de especialização, o que denota não somente o desconhecimento técnico desses servidores públicos, mas o não interesse do Poder Público em estabelecer uma metodologia adequada e padronizada para emprego das instituições do SIEDS, de modo que dos poucos participantes que tiveram contato com a metodologia antes do curso, menos da metade afirma que se entendia sobre a análise criminal diverge do que apresentada na disciplina.

É unanime o interesse dos participantes em aplicar os conhecimentos de análise criminal

adquiridos na disciplina por sua organização, seja nas medidas de segurança nas atividades finalísticas de seus órgãos, mediante a construção de padrões criminais, com produção de mapas, gráficos, relatórios e indicadores, mediante análise de riscos, seja para a tomada de decisão dos gestores de suas unidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mediante a utilização de uma pesquisa aplicada, de natureza quanti-qualitativa, sob os pressupostos do método indutivo, com apoio de levantamento bibliográfico, documental, com uma investigação empírica junto aos discentes do Curso de Especialização em Segurança Pública do IESP-PA, teve por finalidade a análise da percepção desses agentes de segurança pública no que concerne à aplicabilidade da análise criminal em suas respectivas instituições de segurança pública, sendo possível ao final do artigo responder a pergunta-problema.

Os principais achados desta pesquisa revelam que as tipologias de Análise Estratégica, Administrativa e Operacional são as mais identificadas e aplicadas pelos alunos participantes em suas organizações públicas. A preponderância dessas modalidades assinala uma elevada conexão entre a análise criminal e o processo decisório em nível estratégico e gerencial destas instituições, com ênfase na alocação de recursos e prestação de contas à sociedade e à alta administração. Observou-se, no entanto, pouca menção às análises Tática e Investigativa, o que indica a existência de lacunas com referência à compreensão e na implementação dessas metodologias essenciais ao policiamento rotineiro, à investigação criminal e à identificação de vulnerabilidades territoriais.

Outros resultados relevantes correspondem às ferramentas técnicas e conhecimentos científicos utilizados nessa metodologia, à valorização da Atividade de Inteligência, da Criminologia e da análise de risco, sobretudo entre profissionais do setor penitenciário, como policiais penais e agentes administrativos, ligadas às rotinas de monitoramento de indivíduos privados de liberdade e de organizações criminosas. Por outro lado, a baixa referência à Estatística, ao Geoprocessamento e ao SISP demonstra apropriação ineficiente de técnicas consagradas na análise criminal, ficando inclusive limitada aos dados internos, como os da SEAP, não sendo observada a integração de bases de dados diversas.

As implicações desses achados reforçam a existência de desafios estruturais e

institucionais no SIEDS, com especial atenção ausência de padronização de procedimentos analíticos, interoperabilidade de sistemas, cultura organizacional voltada ao uso de evidências e integração entre os órgãos de segurança pública e de outros sistemas relacionados. A percepção dos discentes evidencia que, embora reconheçam a importância da análise criminal, sua aplicação prática ainda necessita de fortalecimento organizacional, capacitação continuada, amadurecimento doutrinário e maior alinhamento com métodos científicos atuais.

Conclui-se que este estudo contribui para o campo da segurança pública ao revelar lacunas perceptivas e operacionais sobre a análise criminal no contexto da Região Amazônica, além de oferecer contribuições para aprimoramento do ensino, da gestão estratégica e das políticas públicas em segurança no Estado do Pará no que tange ao SIEDS. As evidências apontam para a necessidade de investimentos institucionais em capacitação permanente em análise criminal, ampliação do uso de ferramentas tecnológicas (como mineração de dados e inteligência artificial), padronização metodológica orientada por melhores práticas e integração efetiva entre inteligência e as modalidades de análise criminal.

Por fim, propõem-se que o IESP-PA desenvolva módulos avançados e trilhas de aprendizagem específicas em análise criminal, além de fomentar grupos de pesquisa e laboratórios aplicados. No âmbito do SIEDS, recomenda-se a criação de núcleos de análise criminal integrados, semelhantes aos da PMPA, que sejam interoperáveis e com atuação permanente; a ampliação do acesso qualificado a bancos de dados; e a institucionalização de procedimentos padrão de análise em todos os níveis. Essas sugestões podem elevar o padrão do processo decisório das instituições, aprimorando as suas respectivas eficiências, além de consolidar uma cultura institucional orientada por evidências científicas, respondendo às necessidades contemporâneas do Estado do Pará e da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- Araújo, P. G. G. L. de. (2020). A operação da Polícia Federal de erradicação de cultivos ilícitos de *Cannabis sativa* como forma de prevenção à criminalidade no Sertão Pernambucano. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, 11(2), 165–193.
- Azevedo, A. B. (2016). *Análise criminal e atividade de inteligência nas delegacias de polícia civil* (Monografia de Especialização). Universidade Estadual da Paraíba.
- Barboza, A. D.** (2022). Avaliação de cursos de formação de policiais militares: Um velho desafio para as novas academias integradas de segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 16(Edição Especial), 216–231.

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (Edição revista e ampliada). São Paulo: Edições 70 Brasil.
- Bassalo, F. S.** (2021). *A formação do policial militar do Pará e as crenças de autoeficácia* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará). UFPA.
- Benevides, B. A. de S., Albuquerque, C. A., Pereira, G. K. L., & Rezende, G. de O. (2025). A integração de bancos de dados genéticos e o avanço da perícia forense no Brasil: Uma revisão de literatura. *Revista Foco*, 18(10), 1–19.
- Biruel, E. P., & Pinto, R. R. (2011). Bibliotecário: um profissional a serviço da pesquisa. In *Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação* (pp. 330–333). Maceió, AL: Universidade Federal de Alagoas.
- Boba Santos, R. (2017). *Crime analysis with crime mapping*. Sage.
- Brasil. (2024, 28 de maio). *Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024: Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos*. Recuperado em 8 de novembro de 2025, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114874.htm.
- Brasil. (2024). *Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024*. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114874.htm.
- Brasil. (2018). *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm.
- Bolfarine, H., & Bussab, W. O. (2005). *Elementos de amostragem*. São Paulo: Edgard Blücher.
- Bussab, W. O., & Morettin, P. A. (2017). *Estatística básica* (9ª ed.). São Paulo: Saraiva.
- Campos, J. de P. (2022). Análise criminal como ferramenta de reformulação da perícia criminal. *Revista Brasileira de Criminalística*, 11(1), 29–36.
- Chagas, A. S. (2017). Investigação de desvio de recursos públicos na Polícia Federal: Análise preliminar e classificação das notícias de crime. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, 8(1, Edição Especial), 9–38.
- Cichosz, P. (2020). Urban crime risk prediction using point of interest data. *International Journal of Geo-Information*, 9(459), 1–25.
- Cunha, D. P. R. da. (2022). *Estimando um indicador de desempenho com machine learning para o serviço de patrulhamento preventivo municipal* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo.
- Fernandez, K. M. (2020). Emprego da análise criminal na atividade de inteligência de segurança

- pública. *Cadernos de Segurança Pública*, 12(12), 1–12.
- Ferreira, C. C., Corrales, B. R., Cote, L. C., & Teixeira, M. T. (2020). A tecnologia a serviço da segurança pública: Caso PMSC mobile. *Revista Direito GV*, 16(1), e1947, 1–38.
- Fioravante, R., & Feliciano, A. M. (2016). Sistema de inteligência penitenciária e a análise e o monitoramento de organizações criminosas atuantes em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Inteligência*, 11, 79–93.
- Francisco, G. G., & Soares, A. S. (2018). O papel da análise criminal como ferramenta de gestão no enfrentamento à criminalidade no estado de Mato Grosso. *Revista Tiradentes*, 1(1), 1–15.
- Freitas, R. A. (2021). *Investigação de incêndio: Proposta de normatização para análise de dados de incêndio em nível federativo com vistas à prevenção de sinistros* (Trabalho de Conclusão de Curso). Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Lopes, F. B. (2022). *Reincidência delitiva e revitimização: Uma análise de autores e vítimas de homicídio em Belo Horizonte (2012–2021)* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado de Minas Gerais.
- Lopes, A. G., Fernandes, C. J. V., & Luz, D. (2024). Análise de dados de incêndios em âmbito federativo: Estratégias para a normatização e prevenção de sinistros. *RECIMA21*, 5(1), 1–15.
- Mamedes, F. A. S., Saldanha, M. A., & Rodrigues, E. S. (2021). Mineração de dados e análise de ocorrências criminais: Um estudo sobre o Município de Divinópolis – Minas Gerais. *Research, Society and Development*, 10(13), e177101320744, 1–18.
- Marcineiro, N., Alves, C. A. S., Silva Junior, E., Rocha, G. N., & Santos, R. F. (2022). Análise criminal e policiamento ostensivo: uma relação indissociável. *Revista Homens do Mato*, 22(1).
- Matos, K. R. A.** (2018). *Segurança pública e participação social: A experiência do Conselho Estadual de Segurança Pública do Pará – CONSEP* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba). UFPB.
- Medeiros, G. P. de, Carvalho Junior, J. G. de, Reis Netto, R. M., Miranda, W. D., & Santos, J. F. dos. (2024). Relatório técnico operacional: percepção na segurança pública mediante implantação e potencialidades institucionais. *Revista Caderno Pedagógico – Studies Publicações e Editora Ltda.*, 21(9), 1–26.
- Moreira, G. C., Kassouf, A. L., & Justus, M. (2018). An estimate of the underreporting of violent crimes against property applying stochastic frontier analysis to the state of Minas Gerais, Brazil. *Nova Economia*, 28(3), 779–806.
- Paes, M. S. (2023). *Sistema penitenciário, violência e responsabilidade estatal: análise com ênfase no estado do Tocantins* (Monografia de Bacharelado em Serviço Social). Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Miracema.

- Pará.** (2011). *Lei nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011: Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS...* https://www.segup.pa.gov.br/sites/default/files/lei-no-7.584-rest.segup_.pdf.
- Pasold, C. L. (2018). *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática* (14ª ed.). Florianópolis: Emais Editora & Livraria Jurídica.
- Ramos, R. C. (2024). O uso de inteligência artificial em operações policiais: Análises das práticas no âmbito militar. *Brazilian Journal of Development*, 10(12), 1–17.
- Reis Netto, R. M., & Chagas, C. A. N. (2025). *Ouro de tolo: A Região Metropolitana de Belém, o Pará e a Amazônia em face das redes do tráfico internacional de cocaína* (1ª ed.). Appris.
- Salinas, O. A. S., & Flores, C. M. F. (2016). El robo de vehículos y su relación espacial con el contexto sociodemográfico en tres delegaciones centrales de la Ciudad de México. *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía*(89), 107–120.
- Santana, R. C. L. de. (2018). *Análise de dados de crimes violentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte sob a perspectiva da Escola de Chicago* (Monografia de Especialização). Universidade Federal de São João del-Rei.
- Santana, J., Dos Santos, A. G. Q., & Freitas, U. R. P. (2020). Determinantes da violência e criminalidade na Bahia entre os anos de 2015 a 2017. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 10(2), 86–107.
- Santos, J. F. dos, & Chagas, C. A. N. (2021). Avaliando o processo de análise criminal nas unidades operacionais da Polícia Militar do Pará na Região Metropolitana de Belém (pp. 287–308). In E. M. L. S. Ramos, S. S. de Almeida, & M. F. H. Ramos (Orgs.), *Segurança pública: desenvolvimento em ensino, pesquisa e extensão* (Vol. 2). Belém: Gráfica e Editora Santa Cruz.
- Santos, J. F. dos. (2023). *Análise criminal na Polícia Militar do Pará: Estudo sobre os processos aplicados nas unidades operacionais da Região Metropolitana de Belém* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará.
- Santos, J. F. dos, Chagas, C. A. N., Miranda, W. D., & Reis Netto, R. M. (2023). Conhecimentos e técnicas aplicados à análise criminal: Uma revisão integrativa para utilização nas polícias militares. In W. D. Miranda, R. M. Reis Netto, J. F. G. Reis, & J. F. dos Santos (Orgs.), *Segurança pública e atividade de inteligência: Debates e perspectivas* (Vol. II). Érgane.
- Santos, J. F. dos, Chagas, C. A. N., & Reis Netto, R. M. (2025). Efetividade da aplicação da análise criminal na circunscrição do 2º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará. *Revista do SUSP*, 4(1), 89–111.
- Sento-Sé, J. T., & Marinho, L.** (2019). Participação e democratização da segurança pública no Brasil em perspectiva comparada: Os casos de Rio de Janeiro e Pará. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*, 21(1), 1–22.

- Silva, J. A. (2015). *Análise criminal: teoria e prática*. Artpoesia.
- Silva, L. J. F. (2019). *Ordenamento territorial e análise criminal em Feira de Santana, Bahia* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana.
- Silva, B. G. (2020). *Setor de análise criminal: Processos padronizados dentro de uma visão sistêmica de policiamento* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.
- Silva, E. P., Laudares, S., Libório, M. P., & Ekel, M. P. (2018). Criminality spatial dynamic in Manaus city, AM. *HOLOS*, 34(1), 259–270.
- Silva, L. J. F. (2019). *Ordenamento territorial e análise criminal em Feira de Santana, Bahia* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana.
- Silva, L. C., & Pereira, F. (2023). Criminal profiling e criminologia forense: Técnica de investigação de crime. *Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca*, 8(1), 371–397.
- Sousa., J. G. de, & Torres, R. H (2022). Gestão da segurança pública do Estado do Pará: Análise da execução orçamentária das instituições de segurança pública do período de 2017 a 2020. *Revista do SUSP*, 1(2), 221–233.
- Tourinho, I. C. (2024). *Inteligência na polícia judiciária: Uma análise das investigações de homicídio em Salvador* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia.
- Vale, J. C. C. (2018). *Da Academia de Polícia Militar ao IESP: A formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (1988–2014)* (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará). UFPA.